



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

---

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

---

# CLIPPING

## 28 de junho de 2019

**MPMA**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	06	Gerada	Positiva

## De Olho na Constituição. Audiência discute inconstitucionalidade de leis de municípios da Região Tocantina

*Artigos dos planos de cargos, carreiras e salários de professores são questionados*

Os prefeitos de Imperatriz, Davinópolis e Vila Nova dos Martírios se comprometeram a encaminhar projetos de lei ao Poder Legislativo visando à revogação de artigos inconstitucionais presentes nas leis de planos de cargos, carreiras e salários dos professores dos referidos municípios. O compromisso foi assumido em audiência de autocomposição do projeto De Olho na Constituição, realizada na manhã de quarta-feira, 26, na Procuradoria Geral de Justiça, por videoconferência, concomitantemente com as Promotorias de Justiça de Imperatriz.

Em São Luís, do Ministério Público do Maranhão participaram da reunião os promotores de justiça Justino da Silva Guimarães, Reginaldo Júnior Carvalho, Sandra Soares de Pontes e Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite. Todos integrantes da Assessoria Especial da PGJ, responsáveis pela execução do projeto De Olho na Constituição. Na cidade de Imperatriz,



Audiência contou com a participação dos prefeitos de Imperatriz, Davinópolis e Vila Nova dos Martírios

estiveram presentes os promotores de justiça Nahyma Ribeiro Abas e João Cláudio de Barros; os prefeitos Assis Ramos (Imperatriz), Raimundo Nonato Martins (Davinópolis) e Karla Batista (Vila Nova dos Martírios), além de secretários,

vereadores e assessores.

### **INCONSTITUCIONALIDADE**

Os artigos das leis nº 1.601/2015 (Imperatriz), 160/2011 (Davinópolis) e 142/211 (Vila Nova dos Martírios) reduzem em 50% a carga horária dos professores municipais, que completam 50 anos

de idade e 20 anos de exercício no magistério, o que obriga os Municípios a contratar novos professores para completar a carga horária exigida por lei. Com novas contratações, os recursos destinados à área da educação ficam comprometidos principalmente com as folhas de pagamento dos docentes, ultrapassando a porcentagem prevista na Constituição. Além disso, muitos dos novos contratos são temporários, o que também contraria a Carta Magna. "O projeto De Olho na Constituição tem o objetivo de solucionar questões relativas à inconstitucionalidade de leis municipais e do Estado do Maranhão, de forma extrajudicial, sem recorrer a princípio ao Judiciário. Portanto, propomos a autocomposição, em sintonia com a proposta do Ministério Público resolutivo", explicou Justino Guimarães, no início da audiência.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	06	Gerada	Positiva

## Imperatriz

# MP orienta shoppings a informar clientes do atendimento opcional por garçons

O Ministério Público do Maranhão orientou o Shopping Imperial, localizado na cidade de Imperatriz, a afixar cartazes sobre atendimento opcional por garçons na praça de alimentação. O atendimento deve ficar a critério do cliente. A orientação foi feita no dia 29 de maio, em audiência realizada no shopping, com o titular da 2ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa do Direito do Consumidor, Sandro Pofahl Bísvaro. O Shopping Tocantins também foi notificado na última quarta, 19, sobre

a necessidade de realizar a comunicação em local visível aos clientes. O membro do Ministério Público explica que a medida foi tomada por conta de notícias de que há práticas de coerção dos estabelecimentos de venda de produtos alimentícios para que o consumidor seja atendido pelo garçom, levando o cliente a pagar a taxa de serviço de 10% do que foi consumido. De acordo com o comunicado do Ministério Público, é direito do consumidor o atendimento direto por balconista, ainda que tenha sido abordado e

conduzido por garçom, a quem cabe o atendimento nas mesas, sendo considerada abusiva qualquer prática que dificulte ou impossibilite a liberdade de escolha do usuário. A prerrogativa é assegurada pelo art. 6º, incisos II e IV do Código de Defesa do Consumidor. Em caso de práticas que atentem contra o que disciplina a legislação, o consumidor pode registrar a denúncia no Procon, pelo Viva Cidadão, ou pelos canais da ouvidoria do Ministério Público, seja pelo site do órgão [ouvidoria@mpma.mp.br](mailto:ouvidoria@mpma.mp.br),

pelo aplicativo do MPMA no smartphone ou ainda pelo telefone 0800 098 1600. “A necessidade de informar o consumidor surgiu de reclamações de que, mesmo quando a pessoa se dirige ao balcão para realizar o pedido, o cliente é encaminhado para o atendimento realizado pelo garçom, para que então seja cobrada a taxa de 10%. Ressaltando também que a taxa do serviço prestado pelo garçom é facultativa, não devendo de maneira nenhuma ser imposta ao cliente”, destacou o promotor de justiça Sandro Bísvaro.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
O ESTADO DO MARANHÃO					
EDITORIA					
Cidades					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	06	Espontânea	Positiva



Juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos, presidiu a audiência

## Ocupação em áreas de risco discutida em audiência pública

Encontro abriu debate com os moradores, a fim de encontrar a melhor e mais segura solução para todos

Uma audiência pública reuniu autoridades e moradores de áreas de risco da capital na tarde de ontem, 27, a fim de debater uma determinação judicial que exige que ocupantes de 36 áreas saiam de suas casas por estarem sujeitos a desmoronamentos ou demais problemas, ocasionados, sobretudo, no período chuvoso.

A pauta foi liderada pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha, Douglas de Melo Martins, e ainda teve a participação de membros da comunidade, Defensoria Pública Estadual, o Ministério Público, o prefeito de São Luís, o presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, o Secretário Municipal de Urbanismo, o presidente da Câmara de Vereadores e demais partes interessadas.

"Eu imagino que muitos de vocês sintam até raiva de mim, por ter expedido mandado de retirada das casas sujeitas a problemas. Por esse motivo, estamos aqui para conversar e ver qual a melhor solução para que a vida de vocês não esteja sob risco", disse o juiz Douglas de Melo Martins, na abertura da audiência.

A primeira determinação da Justiça, em sentença datada de 2016, exige que pessoas que estão morando em áreas de risco na capital

sejam incluídas imediatamente em programas de habitação, a exemplo do "Minha Casa, Minha Vida". Vale ressaltar que a determinação foi publicada antes dos diversos problemas ocorridos em mais de 60 regiões de São Luís entre janeiro e março deste ano.

### O outro lado

Há um enorme receio dos moradores em sair de suas casas e aceitar qualquer habitação disponibilizada pelo poder público, como conta Taylor dos Santos, presidente da Associação dos Moradores da Vila Baccanga, área que teve mais de 54 casas atingidas após um desmoronamento de terra em março.

"Eles tem que entender que nós não podemos simplesmente deixar nosso lar. Temos uma relação com aquele espaço. Muitas pessoas nasceram e moraram a vida inteira ali. Se for para tirar um morador, porque a casa possui uma rachadura, então todos os moradores de todo o Baccanga terão que sair de suas casas", conta a presidente.

Segundo a mulher, os moradores estão cientes dos riscos do local, principalmente na época chuvosa, que vem se apresentando em São Luís. ●

Integra em [oestadoma.com/468925](http://oestadoma.com/468925)

# NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	12		

## Vitória do Mearim

# Vereadores voltam a ser presos por exigir dinheiro para arquivar CPI contra prefeita

NELSON MELO

Em uma operação que começou na quarta-feira (26) e terminou ontem (27), os vereadores de Vitória do Mearim Oziel Gomes da Silva, Hélio Wagner Rodrigues Silva, Mauro Rogério Pires, José Mourão Martins e Benoa Marcos Rodrigues Pacheco foram presos novamente. Eles são investigados por solicitar vantagem financeira em troca do arquivamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a prefeita daquela cidade, Dídima Maria Corrêa Coelho. Foram cumpridos mandados de prisão e de busca e apreensão contra os políticos, em uma operação da Superintendência de Combate e Prevenção à Corrupção (Seccor) e Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão. Na quarta-feira, as equipes cumpriram cinco mandados de prisão temporária e oito de busca domiciliar. Já nessa quinta-feira, as equipes deram cumprimento a mandado de prisão preventiva em desfavor apenas de Oziel Gomes, localizado em Vitória do Mearim e depois levado ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Os vereadores George Maciel da Paz (presidente da Câmara Municipal de Vitória do Mearim), Marcelo Silva Brito e Raimundo Nonato Costa da Silva foram alvos somente de mandados de busca

e apreensão, segundo a Seccor. Todos os capturados permanecerão no presídio, em São Luís, durante cinco dias, mas esse prazo de prisão temporária poderá ser prorrogado, como forma de evitar que destruam ou omitam provas. Ou até mesmo influenciem ou ameacem testemunhas que ainda serão ouvidas. Os policiais e membros do Gaeco apreenderam diversos materiais, como celulares e computadores, que serão encaminhados ao Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro do Ministério Público. Importante destacar que todos os vereadores presos na operação foram afastados do cargo com prejuízo da remuneração. E que o grupo já havia sido conduzido no dia 5 deste mês em cumprimento a mandados de prisão temporária.

### INVESTIGAÇÃO

Conforme a investigação, os vereadores queriam o arquivamento da CPI em andamento na Câmara Municipal contra a prefeita de Vitória do Mearim, Dídima Maria Corrêa Coelho. Segundo o delegado Roberto Fortes, titular da Seccor, o grupo exigiu dinheiro a Almir Sobrinho, marido de Dídima e secretário-chefe da Assessoria do Gabinete da Prefeitura, para que a Comissão Parlamentar não seguisse e isso impediria o afastamento da gestora municipal. Almir Coelho apresentou gravações das conversas que

REPRODUÇÃO



Oziel Gomes está entre os vereadores de Vitória do Mearim que voltaram a ser presos pela Seccor

manteve com os vereadores, com o objetivo de ajustar os valores a serem pagos. Conforme Roberto Fortes, o grupo, composto por oito parlamentares, exigiu R\$ 320 mil, que seria dividido em duas parcelas. Outro político, inclusive, pediu R\$ 100 mil nas chantagens, com o mesmo propósito. Nesse sentido, seria garantida a maioria dos votos contra a CPI. “Mesmo que nos áudios seja mencionado que cada vereador do ‘grupo dos 7’ receberia uma parcela de R\$ 10 mil e outra de R\$ 20 mil, havia um ajuste, inicialmente, entre George, Hélio e Oziel para que estes recebessem R\$ 70 mil, sem que os demais soubessem”, diz a nota do MPE.

Em paralelo, havia um plano para afastar a prefeita, com o intuito de que a vice assumisse e pudesse sacar a quantia correspondente aos royalties da mineração destinados a Vitória do Mearim. O valor dos royalties totaliza R\$ 2.200.000 milhões, que seria dividido entre os vereadores investigados, sendo que um deles ainda não foi localizado e está na condição de foragido da Justiça. Conforme o Ministério Público, “evidenciando a existência desse plano, os vereadores aprovaram, sem observar o procedimento legislativo e em sessão extraordinária, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica, possibilitando o afastamento do prefeito em razão do início do procedimento para apurar crimes de responsabilidade pela Câmara Municipal, na mesma data em que Almir Coelho Sobrinho se negou a efetuar o pagamento dos valores solicitados, encerrando as negociações entre eles”. Devido à investigação, o juiz de Vitória do Mearim decretou as prisões temporárias dos investigados e ainda oito de busca e apreensão. Nas residências dos vereadores, foram recolhidos documentos e outros materiais, como celulares e computadores, que serão encaminhados ao Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro do MPE. Já os capturados foram encaminhados ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

**POLÍCIA**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	12		

## Pai e mais dois parentes de criança desaparecida em Belágua são detidos e polícia descarta sequestro

Foi preso temporariamente, na noite de quarta-feira (26), Tadeu Nascimento dos Santos, pai de Jonhatan Alves dos Santos, de quase dois meses, que está desaparecido desde a madrugada do último dia 21 de uma casa, no município de Belágua. O avô do bebê, Raimundo Alves dos Santos, e a tia, Marilene Nascimento dos Santos, igualmente foram capturados por envolvimento no sumiço do recém-nascido. A polícia já descartou que desconhecidos invadiram a residência. Segundo informado pelo delegado Jackson Ferreira, titular da Delegacia Regional de Chapadinha, o pai da criança foi ouvido na manhã dessa quinta-feira (27), sendo que ele nega seu envolvimento no desaparecimento do filho, como a Polícia Civil presume a partir de levantamentos. A mãe do bebê, entretanto, diz que o marido já ameaçava entregar o menino para uma pessoa, provavelmente, por

não ter condições de "criá-lo", ou por outro motivo. O avô da criança foi preso, segundo justificou Jackson, porque Jonhatan sumiu da casa dele, que se contradisse em seus depoimentos à polícia. Em uma de suas declarações, por exemplo, Raimundo contou que acordou duas vezes na madrugada do dia 21 e ouviu passos na residência. Já a tia do bebê teria sido a responsável por entregar o sobrinho para alguém, cuja identidade é desconhecida, de acordo com o delegado Jackson. O avô e a tia do bebê foram ouvidos à tarde, conforme o delegado. Jackson deixou claro que a investigação já confirmou que não houve sequestro da criança, como o pai registrou, em Boletim de Ocorrência (BO), na delegacia. Ferreira também mencionou que poderá fazer uma acareação entre os suspeitos, para chegar a um consenso sobre o caso, uma vez que há muitos depoimentos contraditórios.



DIVULGAÇÃO

O avô e o pai do menino foram presos, temporariamente, suspeito de envolvimento no sumiço

Também está sendo apurado se a mãe da criança foi dopada, pois não acordou em nenhum momento durante a madrugada e se levantou apenas de manhã. Ela deu de mamar para o filho por volta das 23h do dia anterior, e depois o colocou para dormir na rede, no quarto do imóvel. Quando amanheceu, notou que a rede estava vazia. Nesse instante, todos os familiares foram chamados, assim como os vizinhos, para tentar localizá-lo.

O quarto não possui porta, sendo que é separado da cozinha apenas por uma cortina. Por essa facilidade de entrada, a hipótese de que alguém entrou pelos fundos e levou a criança permanece viva. A Perícia Criminal já coletou material biológico no local onde ocorreu o desaparecimento, para auxiliar nas buscas pelo menino. A casa, de acordo com o delegado Jackson, fica em uma área repleta de mato. (Nelson Melo)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Polícia					
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	12		

## Na Cidade Operária Mãe mata o próprio filho de quatro meses por afogamento em tanque

No início da tarde dessa quinta-feira (27), uma criança de apenas quatro meses foi morta pela própria mãe no bairro da Cidade Operária, em São Luís. O menino foi encontrado dentro da lavanderia de plástico, na sala da residência, na "Invasão do 12", nas proximidades do Campo do Real. A mulher alegou que cometeu o crime porque não se considerava uma pessoa apta para oferecer uma boa criação ao filho. O delegado Lucas Smith, da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), relatou que Zilpa Soares Silva, de 27 anos, apareceu no prédio policial e confessou aos investigadores, na



Zilpa Soares se apresentou na delegacia e disse ter matado o próprio filho

Permanência, que havia acabado de matar o seu filho. Após ser interrogada, ela foi conduzida até a casa onde mora, na invasão localizada entre as unidades 101 e 201, para que a equipe constataste se ela estava falando a verdade. Smith disse que a criança foi encontrada morta no canto da sala, no tanque plástico, que estava repleto de água. Aos policiais, Zilpa contou que, após o almoço, cochilou e, ao acordar, refletiu sobre sua função materna, chegando à conclusão de que não era uma boa mãe. Sendo assim, afogou o filho na lavanderia. O delegado Lucas frisou que a mulher toma remédio controlado,

de forma mais específica, Diazepan, medicamento utilizado para alívio de ansiedade ou agitação associada a desordens psiquiátricas. Smith declarou que Zilpa e o pai da criança estão separados, mas mantinham contatos de vez em quando. Ele também será convocado para prestar depoimento na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). Os peritos criminais devem emitir um laudo nos próximos dias sobre a causa da morte do bebê, que se chamava Gladson, mas os vizinhos o chamavam de "Samuel". (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O ESTADO DO MARANHÃO

EDITORIA

Polícia

DATA

28 / 06 / 2019

PÁG.

10

# Mulher mata o filho de quatro meses e se entrega na delegacia

Crime ocorreu na Rua do Campo do Real, na Invasão do Doze, na Cidade Operária; acusado alegou que não tinha condições para criar o filho sozinho

ISMAEL ARAÚJO  
Da editoria de Polícia

Um bebê de quatro meses foi assassinado no início da tarde de ontem, segundo a polícia, pela própria mãe, identificada como Zilpa Soares Silva, de 27 anos, em sua própria residência, localizada na rua do Campo do Real, na Invasão do Doze, área da Cidade Operária. Há informações de que a acusada teria cometido o ato criminoso pelo fato de não se achar em condições para criar a criança.

O delegado Lucas Smith, da Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), informou que Zilpa Soares chegou à delegacia declarando que havia cometido um homicídio. Ela afirmou que está separada há alguns meses do pai do seu filho, mas tem contato diário com o ex-companheiro.

Ontem, em sua residência, ela te-

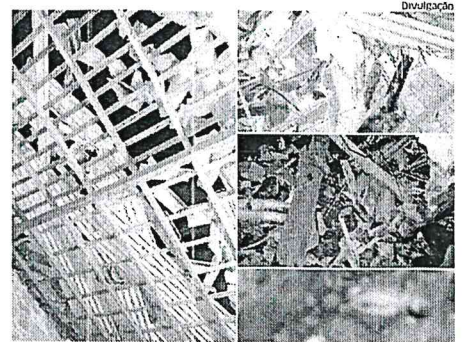
ria refletido que não tinha condições para criar o filho sozinho e acabou cometendo o assassinato. Em seguida, se entregou na delegacia do bairro. Os policiais, ao chegarem à residência da acusada, encontraram o corpo da criança dentro de um tonel de plástico cheio de água.

O delegado declarou que no local não foi encontrado nenhum rastro de violência e acionou os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim). O corpo da criança foi removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, para ser periciado e identificada a causa da morte.

Ainda de acordo com o delegado, o caso vai ser investigado pela Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP). Inclusive, ontem, ela e o pai da criança foram ouvidos na delegacia. Existem informações de que a acusada tomava remédios controlados e que havia uma medida protetiva em desfavor do pai do bebê. ●



Zilpa Soares Silva disse que matou o filho por falta de condições



Explosão destruiu parte da residência da vítima e de vizinhos

# Vendedor de balão morre em explosão de cilindro de gás

Fato ocorreu na residência da vítima, em oficina montada clandestinamente para encher os balões

O corpo do vendedor de balão José Ribamar Sobreiro Coelho, de 49 anos, foi liberado para os familiares durante a manhã de quinta-feira, 27, do Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga. Ele morreu durante a explosão de um cilindro de gás na noite de quarta-feira, em uma oficina clandestina, na rua da Vela, no bairro do João Paulo, onde ele enchia os balões a serem vendidos.

O Corpo de Bombeiros Militar informou que o cilindro de gás era acondicionado no local sem a devida inspeção técnica pelos órgãos competentes. Na noite de quarta-feira, 26, houve o superaquecimento desse material que acabou na explosão. Durante o acidente, José de Ribamar sofreu várias fraturas e morreu ainda no local.

O teto e as paredes da oficina clan-

destina despencaram, causando danos nas residências vizinhas. Moradores ficaram assustados com a explosão. A polícia, os bombeiros militares e os peritos do Instituto de Criminalística (Icrim) foram acionados, mas nada puderam fazer. O corpo da vítima removido para o IML. A Defesa Civil foi informada sobre o fato e ainda ontem o local estava isolado.

## Acidente

O diretor administrativo da Câmara Municipal de Estreito, o pecuarista Fernando Vieira Garcia, de 53 anos, morreu ontem durante um acidente de trânsito ocorrido no trecho da BR-010, que corta a cidade. Há informações de que a vítima conduzia uma Hilux e teria colidido de forma frontal com uma carreta, que transportava óleo vegetal. ●

# Família está envolvida no sumiço de bebê em Belágua

Polícia descobriu que não houve rapto e sim doação a terceiros; pai, avô e tia da criança foram presos; paradeiro é desconhecido

Faz uma semana, nesta sexta-feira, 28, que Jhonathan Alves dos Santos, de dois meses, desapareceu da casa de seus pais, na cidade de Belágua. Ela dormia em uma rede. No fim da tarde de quarta-feira, o pai da criança, Tadeu Nascimento dos Santos; o avô, Raimundo Alves dos Santos, e a tia paterna, Marilene Nascimento dos Santos, foram presos por decisão judicial, suspeitos de participação do sumiço da criança.

"A polícia já sabe que a criança não foi raptada, mas doada a terceiros", disse o delegado Jackson Ferreira, da regional de Chapadinha, que está coordenando o trabalho investigativo sobre o caso. Ainda de acordo com o delegado, a polícia fará ainda esta semana uma acareação com os detidos e a mãe da criança, Eudilene dos Santos Alves, para tentar descobrir



Raimundo Alves e Tadeu Nascimento e o bebê Jhonathan Alves

o seu paradeiro.

Jackson Ferreira informou, ainda, que a criança teria sido doada a terceiros com consentimento de Tadeu Nascimento, Marilene dos

Santos e Raimundo Alves. Eles também estão sendo acusados de terem forjado um sequestro e registraram o boletim de ocorrência na delegacia de Polícia Civil da ci-

dade de Urbano Santos.

Eudilene Alves, a princípio, era contra a doação, mas teria aceitado, após ter sido ameaçada pelos suspeitos. Segundo o delegado, ainda ontem os detidos foram ouvidos na delegacia, mas não informaram o paradeiro da criança. Logo após o depoimento, eles foram encaminhados para a Unidade Prisional de Chapadinha onde vão ficar à disposição do Poder Judiciário.

## Primeira versão

O bebê estava deitado em uma re-

## Envolvidos estão no presídio de Chapadinha

de na residência dos pais quando desapareceu, na madrugada do dia 21. Os pais da criança somente perceberam o desaparecimento no período da manhã e acionaram os conselheiros tutelares e os policiais militares. Ainda nesse dia, moradores, familiares e militares realizaram buscas na cidade visando localizar a criança, mas nada conseguiram. ●

# Mulher é presa no Rio por golpe em São Luís

Ela e o marido recebiam encomenda de móveis, pegavam o dinheiro e fugiam para o Rio e Janeiro

A empresária Renata Mendonça de Sá Rosa, acusada de aplicar golpes milionários na Ilha em companhia do seu companheiro, Antônio Marcos Lopes da Silva, deve chegar ao Maranhão nos próximos dias e ser levada para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Renata de Sá foi presa, em cumprimento de uma ordem judicial na última quarta-feira, no bairro Abolição, no Rio de Janeiro. Os policiais também prenderam em flagrante Iran Ferreira de Brito, pelo crime de favorecimento pessoal. Antônio Marcos é considerado fo-

ragido da Justiça.

O casal estava sendo investigado pela Delegacia de Defraudações da Polícia Civil do Maranhão. Segundo a polícia, eles eram proprietários de uma loja de móveis planejados em São Luís e teriam dado golpes em várias pessoas, ao receberem o dinheiro e não entregarem os móveis.

Ainda de acordo com a polícia, o casal teria, também, feito empréstimos em bancos utilizando nomes de clientes que contratavam os móveis. ●

Integra em [estadoma.com/468929](http://estadoma.com/468929)



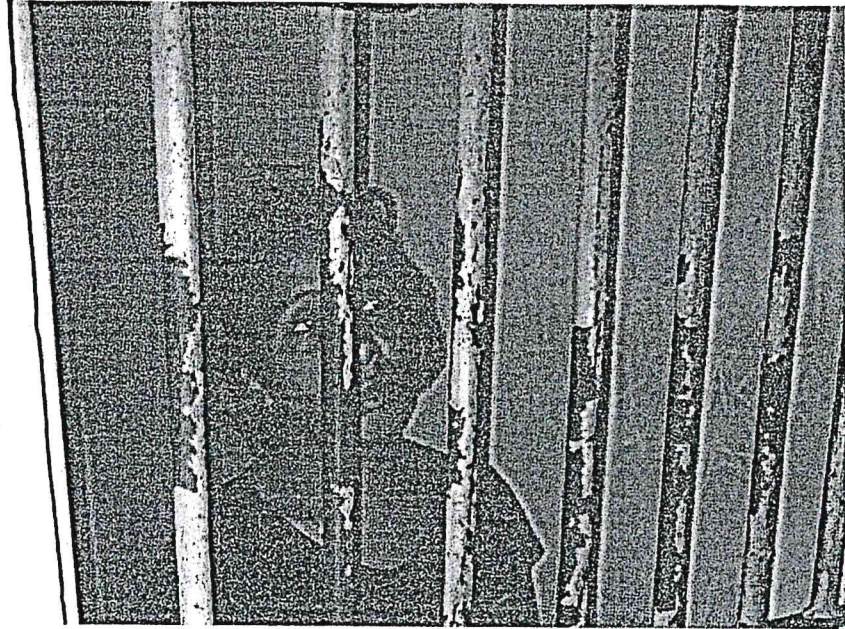
MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Geral				
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	11	

## BARBARIDADE

# Bebê é assassinado pela própria mãe



### ZILPA SOARES SILVA MATOU O PRÓPRIO FILHO E DEPOIS FOI À POLÍCIA CONFESSAR O CRIME

Um bebê de apenas quatro meses foi assassinado na tarde desta quinta-feira, 27, pela própria mãe, identificada como Zilpa Soares Silva, de 27 anos, no bairro Cidade Operária, em São Luís. Zilpa procurou a polícia e confessou o crime.

De acordo com informações do delegado Lucas Smith, em entrevista à Rádio Mirante AM, após ouvir o relato de Zilpa, a Polícia Civil se dirigiu ao local e constatou que havia uma criança do sexo masculino em óbito dentro de um balde com água, na lavanderia.

De acordo com a polícia, mesmo a criança sendo encontrada no pequeno balde com água dentro, ainda não havia a confirmação de que o bebê tivesse morrido vítima de afogamento.

Peritos do Instituto de Criminalística (Icrim), que estiveram no local, fizeram a remoção do corpo, que será submetido a exames pelos legistas da Polícia Técnica, que irão investigar a real causa da morte.

Ainda durante o depoimento, Zilpa confessou que estava sozinha em casa com o bebê no momento do crime. A mulher ainda relatou que faz uso de remédios controlados, indicando que pode ter algum problema mental.

“Ela disse que teria dormido depois do almoço e que, depois, teria refletido por alguns minutos que não estava apta para criar a criança e que o melhor que ela teria para fazer era ceifar a vida dela”, relatou o delegado em entrevista.

Após o depoimento, Zilpa foi encaminhada para a Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP). O atual companheiro dela também irá prestar esclarecimentos. O pai da criança já foi localizado e também será ouvido.

Zilpa foi autuada em flagrante pelo delegado Ocano, na Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa e depois encaminhada para o Presídio Feminino, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

No desenrolar do processo, Zilpa deverá ser submetida a avaliação psiquiátrica, visto que há fortes indícios de que a referida seja portadora de doença mental.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Vida				
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	05	

BELÁGUA

# Bebê teria sido 'doado' pelo próprio pai

Revelação do caso aconteceu após a prisão temporária do pai, do avô e da tia da criança que, de comum acordo, teriam "doado" o bebê para parentes próximos

SAMARTONY MARTINS

O bebê Jhonatan Alves dos Santos, desaparecido desde o dia 21, sexta-feira da semana passada, de dentro de uma residência no município de Belágua, teria sido "doado" pelos pais. A informação foi confirmada pelo delegado regional de Polícia Civil de Chapadinha, Jackson Ferreira.

Na noite da última quarta-feira (26), o delegado solicitou a prisão de Tadeu do Nascimento dos Santos, pai do bebê, junto com o avô paterno, Raimundo Alves dos Santos, e a irmã de Tadeu, Marilene Nascimento.



Os três estão presos temporariamente na Delegacia Regional de Chapadinha, por questão de segurança. A prisão deles é de cinco dias.

De acordo com o delegado Jackson Ferreira, as investigações ainda estão



O AVÔ RAIMUNDO ALVES E O PAI DA CRIANÇA, TADEU DOS SANTOS, FORAM PRESOS

em andamento.

A polícia delimitou a parte da autoria entre os próprios familiares onde um acusa o outro. O delegado confirmou que a criança teria sido doada pelos pais. Eles teriam forjado o desaparecimento. Os detalhes foram esclarecidos após os depoimentos dos envolvidos no caso.

Ainda segundo Jackson Ferreira, no depoimento prestado por Edilene, mãe da criança, ela afirma que o companheiro queria doar a criança.

Ela era totalmente contra esta decisão, cedendo após as ameaças sofridas.

Edilene disse ainda no depoimento que o esposo iria doar a criança de qualquer jeito, mesmo sem o seu consentimento. "Faltam apenas alguns detalhes para que a gente possa terminar a investigação deste caso, por-

que ao que se consta foi de comum vontade dos dois doarem a criança, mas a gente precisa delimitar essa questão da ameaça e ver até onde isso é realmente verdade. Podemos afirmar que não houve rapto. Foi uma entrega", disse o delegado.

A polícia também investiga se, além dos parentes da criança, outras pessoas estariam envolvidas no caso. "Como o avô da criança é o dono da casa, a mãe do bebê acusa o avô de participação. Nas investigações há indícios de autoria contra ele, mas ainda não tem nada confirmado", acrescentou o delegado, afirmando que o bebê teria sido doado a pessoas próximas à família, e que esta teria repassado para uma outra pessoa.

A polícia espera encontrar a criança o mais rápido possível e devolver para a mãe.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA  
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Vida				
DATA	28 / 06 / 2019	PÁG.	05	

ROUBO DE CARGAS

# Polícia prende quase um time de futebol



**KELYSO VELOSO, LUCAS HENRIQUE, JOÃO VICTOR, KELENILSON, WEMERSON, MATHEUS, MAIRTON E BRUNO COSTA FORAM PRESOS**

Em continuidade às operações contra o crime na região metropolitana de São Luís, a Seic apresentou uma quadrilha envolvida com o roubo de cargas. As prisões ocorreram na zona rural da capital maranhense, no bairro Vila Maracujá, durante a operação identificada por "Carga Segura". Foram cumpridos 10 mandados de prisões e demais mandados de buscas e apreensões, sendo presas oito pessoas e apreendidos um revólver, 53 papetes de cocaína, uma porção de maconha e R\$ 400, em espécie. A carga roubada estava avaliada em cerca de R\$ 100 mil.

As investigações, por meio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), partiram de monitoramentos, incidindo na prisão dos suspeitos: Kelyson Ferreira Veloso; Lucas Henrique Moreira Santos; João Victor Diniz Pereira; Kelenilson Ferreira Veloso; Wemerson Silva Feitosa; Matheus Lisboa Pinto; Mairton Silva Feitosa e Bruno de Sousa Costa. Kelyson Ferreira Veloso, que estava

preso por conta do assalto a uma loja de eletrodomésticos, foi o primeiro a ser investigado, pois, durante a prisão dele, muitos eletrodomésticos foram encontrados. Este crime aconteceu no dia 15 de abril de 2019. Partindo desta prisão, as investigações culminaram na captura de outros sete suspeitos.

## **Ação ousada para roubar**

A ação da quadrilha consistia com o uso de um veículo GM Corsa Classic, de cor preta. O veículo foi usado para trancar caminhão com a carga de uma loja. De imediato, a quadrilha abordava os motoristas e dava sequência ao roubo. O veículo baú foi levado para uma região de matagal, nas proximidades da BR-135, onde os condutores do veículo foram amarrados em um matagal e os criminosos desviavam a carga.

O veículo Corsa Classic usado no crime e os entorpecentes apreendidos pertenciam a Lucas Henrique Moreira Santos. O Corsa Classic foi apreendi-

do pelos policiais da Seic. O revólver usado para intimidar os motoristas era de Matheus Lisboa Pinto.

O superintendente da Seic, Carlo Alessandro, informou na coletiva que "nesta ação contra o crime foram cumpridos 10 mandados de prisões preventivas e outros de mandados de buscas e apreensão na região da BR-135, nos bairros da Vila Maracujá e áreas adjacentes. Desses 10 mandados de prisões, foram efetivadas oito prisões. Toda a ação da operação Carga Segura iniciou no dia 9 de abril de 2019, após o roubo de uma carga de eletrodomésticos de uma empresa de eletrodomésticos. Este crime ocorreu na Vila Industrial, no Bairro da Ribeira, com valor da carga equivale a aproximadamente R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Além do cumprimento das prisões foram apreendidos uma arma de fogo em poder de Matheus. Em poder de João Victor foram arrecadados 53 papetes de cocaína, uma porção de maconha e R\$ 400, em espécie", relata o superintendente da Seic.